



# LIBERALISMO E COMPARATISMO NA CRÍTICA ACADÊMICA PAULISTA DO SÉCULO XIX<sup>1</sup>

Natália Gonçalves de Souza Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Faculdade de Direito de São Paulo está imbuída do espírito liberal, desde seus primórdios. A ideia de sua criação perpassa o desejo dos políticos do Sul do Império de construir uma “república de sábios”, no dizer de José Bonifácio, contrapondo-se ao que reputavam como sendo o velho Norte agroexportador. Essa ideia circulou desde a participação dos deputados paulistas nas Cortes de Lisboa, mas só veio a se consolidar após a Assembleia Constituinte brasileira, no pós-independência. Tendo em vista essa tradição liberal que permeia a ideologia bacharelesca oitocentista, a proposta deste artigo é discutir a recepção acadêmica aos primeiros estudos comparatistas que começaram a circular na Faculdade, via imprensa e traduções, em meados do século XIX. Provenientes sobretudo da França e desenvolvidos no seio das cátedras de literaturas estrangeiras, criadas em Paris, em 1830, esses estudos têm como pano de fundo tendências liberais, uma vez que se baseiam no cosmopolitismo, nas interações sem fronteiras, na impossibilidade do isolamento e da pureza de uma dada literatura. Ao mesclar comparatismo e liberalismo e valendo-se da margem de liberdade propiciada pela condição estudantil e mesmo, geográfica, os críticos-estudantes procuraram pluralizar o debate em torno da constituição da literatura brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa acadêmica; Nacionalismo literário; Romantismo; O guaianá.

## LIBERAL IDEALS AND COMPARATIVISM IN SÃO PAULO LAW COLLEGE LITERARY CRITICISM IN THE 19<sup>TH</sup> CENTURY

**ABSTRACT:** The liberal spirit has existed in São Paulo Law College since its beginning. The ideal of its creation sought to show a new image to the Brazilian empire, built by the Southern politicians: a “scholar” republic”, according to José Bonifácio, instead of the old image of the North, exporter of agriculture products. That project circulated since the participation of the delegates from São Paulo in

---

<sup>1</sup> Este artigo é oriundo do projeto de pesquisa “Caminhos do comparatismo nas folhas acadêmicas da São Paulo oitocentista: vozes dissonantes” (2022-2024) e recebeu apoio da FAPEMIG, por meio da chamada Demanda Universal (1/2021).

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV), MG. Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela USP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4679-0963> email: [natalia.g.santos@ufv.br](mailto:natalia.g.santos@ufv.br)



the Cortes of Lisbon, but it consolidated only after a Brazilian constituent Assembly, in the post-independence period. Considering that liberal tradition at Law College in the 19th century, this paper discusses the academic reception to the earliest comparative studies that appeared there through European periodicals and translations in the mid 19th century. That kind of study came mostly from France and it was developed by the chair of foreign literatures, created in Paris, in 1830. It's important to highlight the fact that foreign literature studies were based, in general, on liberal ideologies, since they were guided by cosmopolitanism, by a desire of free interactions and by the belief of impossibility of cultural isolation and of maintenance of the essences of each literature. The scholars-critics sought diversifying the debate around the constitution of Brazilian literature, mixing comparativism and liberalism. Besides that, they also used the freedom of being students and being far from the Empire political center.

**KEYWORDS:** Academic press; Literary nationalism; Romanticism; O guaianá.

## Introdução

No ano de 1847, vem a lume nas páginas do periódico *Ensaios literários*: jornal de uma associação de acadêmicos, o artigo “Reflexões sobre a poesia brasileira”, assinado por Bernardo Guimarães (1825 – 1884), então estudante da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, atualmente integrada à Universidade de São Paulo. O texto foi publicado ao longo de quatro números, o que significa que o artigo completo só foi integralmente publicado em 1850, sugerindo as dificuldades desse tipo de iniciativa. Em meio à tentativa de historiar algumas manifestações da outrora nascente literatura brasileira, empreitada comum à época, cujo objetivo era justamente legitimar a existência de uma cultura literária nacional, Guimarães faz a seguinte colocação:

entre os modernos vão se apagando esse caracteres distintivos da poesia nacional; *as nações tem-se congraçado de tal sorte pelo comércio* que umas recebendo de outras seus usos e costumes, partilhando reciprocamente o seu sentir e pensar, o que constitui propriamente sua nacionalidade, vão se tornando *uniformes*, revestindo-se assim do mesmo caráter poético bem como acontece com a política e religião, e se isso ainda não é assim podemos com segurança afirmar que acontecerá quando mais apertarem os laços que os ligam: então só lhes restará a diversidade das línguas, porque o encanto da poesia, a *imaginação mais ou menos fogosa de cada povo, enfraquecer-se-á pelo contato das civilizações exteriores: - é o resultado da época mercantil.* (GUIMARÃES, 1847, s. 1, n. 2, p. 17-18, grifos nossos)



Cioso dessa homogeneização, o futuro prosador regionalista, ao longo de uma extensa trajetória literária, imprimirá às obras de sua lavra, como o romance *O ermitão do Muquém* (1869) ou o conto “O pão de ouro” (1879), a especificidade do seu país, pautada em elementos relacionados à vida no interior, à descrição da natureza e aos costumes indígenas.

No entanto, ainda no mesmo artigo, ao comentar a obra promissora de um talento falecido em tenra idade, chamado Francisco Bernardino Ribeiro, Bernardo Guimarães comenta que, se o falecido poeta e aspirante a crítico ainda se balizava, no ensaísmo, por nomes como Boileau, Bateaux, Marmontel, La Harpe, bastiões do classicismo francês, é de se supor que, tomando conhecimento da reforma literária que se processou na Europa, a sua atitude mudaria, “abandonando os velhos e estéreis caminhos, abraçaria a causa da regeneração e do *liberalismo literário*.” (GUIMARÃES, 1850, s/n, p. 37, grifos nossos).

As reflexões de Bernardo Guimarães em torno da poesia brasileira suscitam questões interessantes acerca da circulação das ideias liberais na Faculdade de Direito, em meados do século XIX. A primeira delas diz respeito ao fato de, como pontua Paul Bénichou (2004, p. 455), o liberalismo ser um amplo ponto de vista que, como se sabe, congrega aspectos econômicos, morais, políticos, mirada da primeira citação de Guimarães, e literários, que são textualmente aludidos na última passagem. Esse último aspecto remete à interseção básica entre Romantismo e Liberalismo: a liberdade individual do poeta e do crítico, seja frente aos ditames do neoclassicismo, seja frente às influências estrangeiras que abafariam a nacionalidade.

Em relação ao Brasil, país que, à época, havia alcançado recentemente a sua autonomia política, a ênfase dos literatos parece residir nessa segunda liberdade, que se configura numa tentativa de se constituir literariamente de forma distinta à da sua antiga metrópole e de consolidar o seu Estado-nação. No entanto, aí pode residir um imbróglio, pois o mesmo liberalismo que dá a possibilidade de nos vestirmos com as cores locais acaba por transformar-se na tão propalada missão da qual nenhum poeta ou romancista podia se esquivar, sob pena de acusações de antipatriotismo. Além disso, as mesmas vagas liberais que culminaram na independência, imiscuindo aspectos políticos e interesses comerciais externos, ameaçam a especificidade brasileira ainda procurada, gerando uma necessidade de protecionismo literário. Ou seja, se as ideias liberais libertam, eles também ameaçam.

E, na tentativa de explorar respostas distintas a essa problemática dadas pelos jovens acadêmicos, aos quais se pode chamar de segunda geração do romantismo brasileiro, o presente artigo propõe o seguinte percurso: num primeiro momento, pincela-se as bases liberais que



caracterizavam a formação do bacharel em Direito no Brasil oitocentista e, num segundo momento, analisa-se duas posturas críticas básicas, coletadas num mesmo periódico acadêmico, chamado *O Guaianá* (1856), procurando ressaltar que a divergência entre as posições podem ser respaldadas não só, mas também, pelos primeiros esboços de estudos comparatistas que circulavam na academia paulista, produzidos pelas cátedras francesas de literaturas estrangeiras e que ali chegavam via tradução ou pela leitura direta de revistas europeias, como a *Revue des deux mondes*.

### **A Faculdade de Direito: os ideais liberais e a imprensa**

Fundada em 1828, assim como a sua congênere na cidade de Olinda, a Academia de Ciências Sociais e Jurídicas, nome pelo qual a instituição atendeu até 1854, cumpriu, num primeiro momento, a função de formar o funcionalismo que ocuparia os postos burocráticos criados em decorrência da nova realidade política nacional. Na tentativa de romper com a formação jurídica antes recebida em Coimbra, embora a escola brasileira tenha se valido dos estatutos da portuguesa durante um bom tempo, a Faculdade de Direito respondeu por um processo de relativa modernização das estruturas públicas no país. Isso significa a criação da concepção, mesmo que incipiente, da existência de uma esfera pública apartada da privada. Num país de grandes proprietários rurais e escravocratas e, em boa parte dos oitocentos, regido por uma monarquia que poderia se valer de um poder moderador, essa função se haure de ares liberais.

Segundo Sérgio Adorno, esse ambiente, cuja vida acadêmica lhe parece controvertida e agitada, forma “um intelectual educado e disciplinado, do ponto de vista político e moral, segundo teses e princípios liberais” (ADORNO, 2021, p. 91). O que significa, na prática, a defesa da segurança, necessária ao resguardo dos direitos e das liberdades individuais, voltadas, sobretudo, à conservação da propriedade. A fim de isso garantir, insta, via imprensa e tribunas, a presença de um Estado tutelar-policialesco, não necessariamente se opondo a visões autoritárias, como seria de se esperar a partir da adoção de princípios liberais. Como é sabido, se a esse intelectual foram ensinados princípios liberais, a ele lhe falta estar imbuído dos democráticos, que fomentariam a igualdade entre os atores sociais, e isso faz com que os bacharéis se tornem agenciadores de um processo de homogeneização dos interesses das classes sociais das quais são, em sua maioria, provenientes. Nas palavras de Adorno (2021, p. 30):



o contato dos bacharéis com o ideário liberal, resultado da introdução do jusnaturalismo nos primórdios do ensino jurídico em São Paulo, condicionou-lhes a ver as relações sociais como relações contratuais entre partes juridicamente iguais, porém individualizadas, dotadas de autonomia de vontade e integradas por vínculos de coordenação. Em outras palavras, um intelectual disciplinado para privatizar conflitos sociais e que, nessa condição, aprendeu a colocar o indivíduo e sua liberdade como motor coordenador da luta política, relegando a um plano secundário a autonomia da ação coletiva, questão central na ideia de democracia. Enfim, um intelectual preparado para, enquanto futuro profissional da atividade política, perpetuar a cisão entre liberalismo e democracia.

Se, em suas ações como futuros construtores do Estado, os nossos bacharéis se aproximavam mais do pensamento de um Benjamin Constant que de um Locke, na visão de Célia Quirino (2021, p. 19), isso não impedia que, na imprensa estudantil, espaço efêmero de divulgação de ideias as quais, se muito revolucionárias, poderiam contar com o anonimato ou adoção de pseudônimo para a assinatura do artigo que as manifestasse, posições diversas pudessem ser adotadas em relação à política e à literatura.

Essa perspectiva de pluralização do debate também é identificada por Marisa Daecto (2011, p. 132):

revistas, como os *Ensaio Literários* (1847), os *Ensaio Literários do Ateneu Paulistano* (1852), a *Revista Mensal do Ensaio Filosófico* (1851), o *Acaiaba* (1852), faziam convergir os jovens literatos das Arcadas, criando um movimento bastante original, que marcou a trajetória intelectual dos românticos acadêmicos. A circulação dessas revistas nos interessa por uma razão em particular: elas traziam à cena uma plêiade de referências literárias, um mar de citações, na forma de epígrafes, notas, traduções, comparações, comentários e críticas que concorriam para certa cosmopolitização do meio intelectual.

De fato, a imprensa estudantil é meio privilegiado para rastrear a circulação de ideias no nosso século XIX. Como pontua Daecto, a materialização textual de uma série de leituras sugere esse ambiente cosmopolita. No entanto, a leitura dos jornais permite observar intenso debate que vai desde posições mais conservadoras até as mais radicais, sinalizando que nossa segunda geração não se resume ao confessionalismo sentimental ou à imitação byroniana, deixando tênues as delimitações entre as gerações literárias. Num dos muitos editoriais da época, nota-se não apenas o senso de missão do redator, mas o senso de “cruzada” na defesa das letras no país:



é sobretudo louvável a cruzada de todos quantos robustecidos pela consciência do dever e pela grandeza da missão travam da pena como de um turíbulo; e incensando à ciência exaltam o espírito e dão nova força à vida do pensamento. E essa cruzada é tanto mais louvável em nosso país quanto as ciências e as letras ainda não conquistaram nele a posição a quem podiam aspirar; - o sacrifício é por ora a única esperança da literatura – a pobreza a única vitória da nova poesia – o aplauso de meia dúzia de entendidos a única recompensa dos nossos escritores. (Introdução, *O íris*, 1857, n. 1, p. 1)

A pujança da imprensa estudantil pode ser aferida pela quantidade de associações e periódicos a elas frequentemente associados. O *corpus* considerado para a pesquisa da qual este artigo é oriundo contou com trinta e cinco títulos, em sua maioria disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, publicados entre 1847 e 1871, intervalo de efervescência dessa prática na São Paulo romântica e de coesão do grupo estudantil, logo absorvido pela grande cidade que se formava, em fins do século, e pelas lutas políticas. O número é expressivo se considerarmos as condições de produção gráfica, ainda precárias, e o caráter algo artesanal da atividade, à mercê de poucos recursos, das interrupções das férias escolares e finalizada com a formatura (GARMES, 2006).

Para demonstrar os embates entre posturas mais ou menos influenciadas por matizes liberais, escolheu-se para este estudo *O guaianá*, periódico composto por seis edições, todas do ano de 1856. Seus principais colaboradores são Duarte de Azevedo, Tavares Bastos, Lindorf França e Couto de Magalhães, em sua maioria, ilustres desconhecidos dos pósteros, uma vez que a atividade jornalística e literária se restringia, não raro, aos anos acadêmicos. A escolha desse periódico se deve ao fato de ser dos poucos do *corpus* no qual predomina, entre os artigos de crítica literária, textos que se afastam do nacionalismo literário. E, talvez, isso indique um entendimento mais profundo das liberdades pautadas pelo romantismo. Além disso, *O guaianá* veio a lume quase dez anos depois das últimas importantes revoltas liberais no país, como a Praieira, circulando, portanto, num momento de estabilidade da figura do Imperador D. Pedro II e de hegemonia do Gabinete Conservador, conforme atesta Mattos (1987, p. 170-171):

Ao período de governo do gabinete de 29 de setembro de 1848 – o qual era, então, o de mais longa duração da Monarquia, pois apenas três haviam ultrapassado dois anos de duração, desde a Independência – podemos ajuntar o do gabinete de 11 de maio de 1852 que lhe sucedeu, por ter conservado três de seus membros mais significativos e por ter preservado sua orientação. Desses quase cinco anos de ação governativa e administrativa,

resultou a consolidação da direção saquarema, que o gabinete seguinte do Marquês de Paraná – o Ministério da Conciliação – completaria.

De todo modo, conforme indica Adorno, no que diz respeito ao ambiente acadêmico, “os princípios liberais orientavam decisivamente a prática jornalística” (2021, p. 211-212). Assim, logo na introdução do periódico, o redator Lindorf França dirige-se a um peregrino, o qual descobrimos ser um remanescente da tribo que nomeia o jornal, que é depositário das altas aspirações daquele veículo de comunicação. Ao avançar no caminho da ciência, amalgamando princípios da filosofia e da poesia, o guaianá deve ser um “lutador zeloso das liberdades” (FRANÇA, 1856, n. 1, p. 2). Primeiramente, é interessante destacar a intenção iluminista do redator, no sentido de difusão do conhecimento, pois, de acordo com Garmes (2006), era frequente a combinação de diversos âmbitos dos conhecimentos nos jornais, divulgando aos mais incultos do Império as luzes do conhecimento. Ademais, parece haver uma preocupação com a liberdade de expressão, ou, ao menos, com a garantia de um espaço para as contradições próprias de um ambiente intelectual relativamente variado. Por isso, ao longo dos artigos de cunho político, nota-se a existência de diferentes opiniões no que tange à forma de governo do Brasil.

O artigo “Ideias políticas”, por exemplo, assinado por Cortines Laxe, abre o primeiro número de *O guaianá*. Embora dividido em seis partes, o texto é curto para sua proposição: explicar que “todas as formas de governo são legítimas, quando são a expressão das necessidades do povo que tem de reger” (LAXE, 1856, n. 1, p. 4). Para deslindá-las, o autor sumaria a história pátria e as formas de governo aí intentadas, passando, por exemplo, por um dos primeiros laivos de liberalismo que a atingiu, quando se viu alçada a Reino Unido, no início dos oitocentos: “As Cortes portuguesas, filhas de um movimento progressista, querem fazer retrogradar o Brasil para os tempos coloniais, insensatas! Que não sabiam, que se é difícil fazer parar a sociedade quando ela quer caminhar, muito mais difícil é fazê-la retrogradar” (LAXE, n. 1, p. 5, 1856). Como reação a isso, consolidou-se a independência e, ao ver do articulista, à altura de 1856, o que mais convinha ao país era “a monarquia constitucional representativa, não porque seja ela o ideal das formas de governo, mas por ser aquela que está na índole atual do povo brasileiro, e que satisfaz as necessidades presentes.” (LAXE, 1856, n. 1, p. 5)

Defendendo “a centralização política” como necessidade para a “unidade do império” (LAXE, n. 1, p. 5, 1856), Cortines Laxe parece colocar a moderação em primeiro lugar, a fim de evitar reformas profundas na sociedade brasileira, o que poderia ocorrer com a instauração





de uma república. Nesse sentido, o artigo desse acadêmico parece ecoar aquilo que nos explica Mattos: “A cada instante, eram forçados a dissociar o princípio democrático de seu conteúdo republicano, repetindo suas profissões de fé monárquica.” E, por isso, “a desigualdade na política correspondia à desigualdade na sociedade. Importava não confundir a Liberdade com a Igualdade, mesmo que por vezes desta pudessem servir-se para a consecução de seus propósitos sociais.” (MATTOS, 1987, p. 142)

Na terceira edição do mesmo jornal, encontramos um debatedor que se coloca em posição diametralmente oposta ao autor de “Ideias políticas”, seu nome é Vaz Pinto Coelho. Curiosamente, como se pode ver pela introdução do seu artigo, chamado “Murmúrios”, ele foi convidado pelo próprio Laxe para contribuir com *O guaianá*. Parece, então, que, a semelhança dos jornais da corte, a polêmica era buscada para apimentar as páginas jornalísticas, estratégia importante, sobretudo quando se considera o relativo marasmo do burgo estudantil, como atestam obras literárias e cartas dos estudantes daquele tempo.<sup>3</sup>

O ponto de discórdia entre os acadêmicos fica evidente na conclusão do texto de Coelho quando este, parafraseando o colega afirma:

Que miséria, meu amigo! [...] Sim, algum dia, entoarás hosanas à vitória da democracia! Breve convirás que *as instituições que nos regem não estão na índole do atual Povo Brasileiro, e que a República não é uma necessidade do futuro, que ela é o único modo de Governo que pode satisfazer as nossas necessidades presentes.*” (COELHO, 1856, n. 3, p. 73, grifos do autor)

Embora haja a defesa da centralização, no primeiro artigo e um direito de resposta, numa publicação posterior, é o anseio de liberdade em relação ao governo central que parece dar a tônica do periódico uma vez que, ainda na primeira edição, Homem de Mello, autor de “Perspectiva do Brasil” queixa-se da Corte fluminense nos seguintes termos:

Somos um povo livre e independente com igual direito aos bens do Estado, e entretanto se nos diz com a palavra irreplicável da realidade, que devemos ao Rio de Janeiro a seive (sic) de nossa vida e o sangue de nossas veias. [...] Sob as fórmulas da apregoada liberdade de

---

<sup>3</sup> Refiro-me em especial às cartas que o mais célebre escritor da segunda geração, Álvares de Azevedo, remeteu de São Paulo à família, no Rio de Janeiro, nas quais sempre se queixava do tédio da pequena São Paulo, onde condições de vida eram muito precárias, em meados do século XIX. O mesmo se dá em sua obra *Macário*, quando se admite que a cidade ali representada se trata da capital paulista.



hoje nós descobrimos uma condição dura e pesada, um despotismo talvez, que só poderia achar igual nos tempos da colônia [...]. (MELLO, 1856, n. 1, p. 12)

Como se vê, não há consenso em relação ao âmbito político, havendo a convivência de posturas mais ou menos centralizadoras, porém, com certa predominância pela conservação de determinadas liberdades, quando se considera outros artigos d'*O guaianá*. Trata-se, como se vê, de garantir a liberdade dos seus interesses, ligados à Casa, no dizer de Mattos (1987, p. 163): “Ao defenderem a Liberdade da Casa, os Liberais defendiam sobretudo a liberdade do senhor – enquanto um *despotés* – no governo da escravidão e de participação no tráfico negreiro, sem a ingerência britânica e sem o privilégio dos antigos colonizadores agora ligados à Coroa.”

### **O debate literário nas páginas d'*O guaianá***

Para que se compreenda a forma como a literatura é discutida nas páginas d'*O guaianá*, é importante manter em vista a questão da centralização, que já apareceu, como visto, no debate político. O entendimento consensual de estudos relevantes acerca da literatura brasileira oitocentista é entender o discurso do nacionalismo literário, emanado do Rio de Janeiro, notadamente por órgãos como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como sendo fortemente centralizador, capaz de realizar no plano simbólico o que a independência iniciou no plano político. Isto é, a constituição de uma nação aos moldes do que se requeria naquele tempo: dotada de uma história, uma mitologia, uma língua próprias. Dessa forma, a adoção da figura do índio como mito nacional, ideia sugerida não só, mas também por estrangeiros que passaram por aqui, como Ferdinand Denis, servirá a diversos fins. Segundo Bernardo Ricupero (2004, p. 156):

Se o problema principal para os brasileiros depois da independência é se pensarem como brasileiros e não mais como portugueses, portugueses-americanos ou mesmo pernambucanos, paulistas, rio-grandenses, etc., o índio ou, ao menos, a ideia que se decide fazer dele, lhes oferece para isso múltiplas possibilidades. Em primeiro lugar, encontravam-se aqui antes dos portugueses, sendo possível, portanto, considerá-los os primeiros brasileiros. Haveria até um antecedente ilustre para formulações desse tipo, já que na França, os historiadores liberais da Restauração sugeriam que os verdadeiros franceses seriam os descendentes dos gauleses conquistados e não dos francos invasores.



Se a adesão ao indianismo literário é marca de insubmissão ao estrangeiro, tomando ares liberais, como se viu desde o início deste artigo e na colocação de Ricupero, em determinado momento, ela se torna estreita, como indicará, já no final dos tempos românticos, o conhecido artigo de Machado de Assis, que pontua, logo de início:

Sente-se aquele instinto [de nacionalidade] até nas manifestações da opinião, aliás malformada ainda, restrita em extremo, pouco solícita, e ainda menos apaixonada nestas questões de poesia e literatura. Há nela um instinto que leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais. (ASSIS, n.p., 1873)

Tal é justamente o que se encontra no artigo “As poesias do sr. P. de Calazans”, redigida por Tavares Bastos, e publicada no quarto número d’*O guaianá*. Nele, o crítico dedica-se às obras *Páginas Soltas* e *Cantos da infância*, ambas publicadas no Recife, em 1855. Apesar de elogiar determinados aspectos das composições do poeta sergipano e estimulá-lo a continuar contribuindo para o engrandecimento de nossa nascente literatura, Bastos assevera:

é logo de ver-se em todo o seu volume um defeito: é o não ter cor local.

As impressões e as imagens provêm muita vez do exterior, quero dizer, da natureza: e como esta varia de um para outro país, sucede que as literaturas tomam cada uma feições características. Essas cores locais de sua terra natal, não as deve esquecer o poeta; o sentimento repugna, se em vez destas ele usar de estranhas: suas composições perderão a ingenuidade, a naturalidade.

Por isso é que em nossa pátria a poesia se esforça por tornar-se *brasileira*, *livrando-se da imitação de literatura estrangeira*.” (BASTOS, 1856, n. 4, p. 102, grifos nossos)

Essa diretiva, como se sabe, não difere substancialmente do que já vinha sendo dito desde Ferdinand Denis, Almeida Garrett e Alexandre Herculano com relação ao que deveria ser a literatura brasileira. Bastos define ainda três gêneros os quais ele julga eminentemente brasileiros, a saber: a poesia sobre a natureza, o índio e, de forma inovadora e sugerindo sua posição abolicionista, o negro e a sua condição de escravizado. Esses seriam aspectos de fato nacionais. Dessa forma, ao comentar o livro *Cantos da infância*, num segundo momento de seu artigo, Bastos acredita que este não pode ser considerado uma obra nacional, pelos seguintes motivos:



*A Buena-diccha, o Cometa, Um dia santo riscado*, e outras retratam de algum modo a vida do nosso povo. Mas serão acaso um gênero exclusivamente brasileiro estas poesias populares? Não o creio: elas tanto pertencem a nós como a Portugal; falam do nosso povo, mas tal qual é de origem, isto é, português.” (BASTOS, 1856, n. 4, p. 107)

A busca por algo original, enquete tão romântica, acaba delimitando os espaços pelos quais pode divagar o gênio, criando, do lado da crítica literária, uma espécie de protecionismo que salvaguarda o que deveria ser a poesia brasileira. Ademais, cumpre ressaltar que, se o articulista compreenda a nossa origem como sendo portuguesa, infere-se que esse vínculo deve ser rompido, olvidado em prol da matriz indígena, alentada já pelo título do periódico.

Dos quatro artigos de crítica literária localizados no jornal acadêmico *O guaianá*, três não abordam a questão da nacionalidade literária de uma forma tão ostensiva. São eles “Rápido paralelo crítico entre Alexandre Dumas e Eugênio Sue”, de Pereira dos Santos (n. 4), “Duas palavras sobre M. A. Álvares de Azevedo”, de Lindorf França (n. 5) e “O que é imitação em literatura”, de Couto de Magalhães (n. 5). De maneira geral, o que interliga esses artigos de temáticas tão diferentes é a possibilidade ou melhor, o pressuposto do qual partem os seus redatores de uma livre circulação de diversas tradições literárias, de um intercâmbio constante e natural que abrange todas as nações. Sem receios da homogeneização apontada por Bernardo Guimarães dez anos antes, esses articulistas parecem mais abertos ao contato com o outro que, por outro lado, não oblitera o nacional, a ponto de nem mesmo se colocar essa questão. Além disso, a imitação do estrangeiro, vista como aprisionamento no artigo de Tavares Bastos, é tratada de forma natural por esses articulistas, sendo parte do processo criativo de todo escritor.

Ao analisar, de forma panorâmica, o senso político de Eugene Sue e a capacidade imaginativa de Alexandre Dumas, perfazendo uma análise dicotômica que é típica do estudo do romance entre os acadêmicos, Santos considera que “quem quer escrever bem atualmente neste gênero os imita – o bom êxito do romance é hoje sinônimo de paródia de Alexandre ou Eugênio – parodia, pelo menos, no gosto artístico, perícia de escrever, certeza de agradar. É preciso saber escrever como eles para merecer ser lido.” (SANTOS, 1856, n. 4, p. 98) A fim de demonstrar isso, observa que, na literatura portuguesa, até há pouco dominada pelo duunvirato Garrett/Herculano, os mestres franceses contribuíam para despertar novos talentos, caso de Camilo Castelo Branco, afeitos a um outro gênero de romance, permeado por diálogos e situações mais vivazes.

Para Santos, a boa reputação de Sue e Dumas começou na Europa, mas



vem ecoar longínqua nas campinas nuas, florestas virgens e extensas serranias da gigantesca América – aqui como lá todos são ávidos de lê-los, todos os devoram, os admiram, rendem culto à magnitude de seus talentos literários. Sua popularidade é pois mais que europeia, entende-se pelo velho e novo mundo, é quase universal! (SANTOS, 1856, n. 4, p. 97)

O consumo, por assim dizer, de um mesmo produto literário, exportando para diferentes partes do globo não parece representar problemas para Santos. Afinal, as obras dos escritores analisados contribuíram em Portugal, conforme o exemplo citado, para o florescimento de novos talentos, caso de Camilo. Embora isso não seja pontuado pelo crítico-estudante, pode-se inferir que o mesmo processo poderia ocorrer no Brasil, em cujo cenário literário ainda não havia despontado romances significativos como os de Alencar, autor d’*O guarani*, publicado apenas em 1857.

O artigo de Lindorf França é o único que aborda explicitamente a literatura brasileira, ocupando-se de Álvares de Azevedo, cujo segundo volume da obra, que continha *Macário* e *Noite na taverna*, havia sido publicado menos de um ano antes. No texto, chama a atenção o fato de que o feitio cosmopolita adotado pelo poeta paulista, morto na quadra dos vinte anos, não causa espécie ao articulista. Tampouco se cria um alvitre que o enquadre, pelo viés da cor local, ao “panteão da literatura pátria” (FRANÇA, v. 5, p. 148, 1856), artifício não raro encontrado em outros artigos, publicados nesse mesmo contexto. Ao se configurar como “um poeta do sentimento” que ressumbra, conforme França, Lamartine, Byron e Chénier (FRANÇA, v. 5, p. 147, 1856), Álvares de Azevedo dá vazão a sua individualidade e figura entre os maiores talentos de nossa literatura, mesmo num poema como “Lembrança de morrer”, no qual não há qualquer traço de brasilidade.

Apesar de ser pouco analítico, perdendo-se em considerações de cunho laudatório, como era, aliás, comum à época, notadamente no caso de Azevedo, que se convertia em verdadeiro mito ultrarromântico, vale dizer que França não o insere apenas e sem subterfúgios na literatura pátria, mas, considerando a biografia, ao seu ver, infortunada do poeta paulista, insere-o também na história literária universal, uma vez que ele compartilha o destino funesto de autores estrangeiros conhecidos, como Tasso e Camões:

Que líras, tão ricas de inspirações e de músicas, não se têm quebrado antes de tempo aos látegos da fatalidade?! Que astros brilhantes não se têm ofuscado, quando para eles Deus apontava em que céu deviam brilhar?

Tasso umedeceu de lágrimas as pedras negras de sua masmorra. Camões chorou no fundo do hospital a ingratidão de sua pátria! Chatterton, no suicídio, abnegou um futuro de



misérias, um viver de privações e lágrimas! Malfilatre e Gilbert morreram na miséria, engolindo suspiros e dores! (FRANÇA, 1856, n. 5, p. 147)

A essa lista, França arrola o nome de Azevedo, que sofre “a dor do coração” (1856, n. 5, p. 147), pressagiando a morte. Exagero ou não, o que vale é a tentativa de inserção de um poeta da periferia no coro dos injustos destinos de grandes autores universais, ocupantes de lugares mais proeminentes na república mundial das letras.

Perfilando os dois últimos artigos, parece haver neles não apenas uma aceitação dos insumos estrangeiros, mas também a tentativa de conexão com algo que está além das fronteiras nacionais. Como a arrematar esse ponto de vista, encontra-se o artigo “O que é imitação em literatura”, de Couto de Magalhães, último texto dedicado à discussão literária nessa série de seis edições. Configurando-se como uma espécie de carta ao amigo Alvarenga Pinto, a qual não se encontrou resposta, Magalhães procura explicar, por meio de uma série de casos retirados da literatura universal, em períodos variados, o que ele concebe como imitação.

Em meio a esses exemplos, vale destacar a relação tecida entre Homero e Virgílio, secularmente debatida por diversos estudiosos. Para o articulista, “Virgílio é original não obstante ter feito o seu poema pelos moldes da *Ilíada* e da *Odisseia*, e por quê? Porque ele transportou para o seu poema tudo que as tradições dos romanos tinham de próprio e de comum com os gregos [...]” (MAGALHÃES, 1856, n. 5, p. 152). Mais à frente, postula que “*adotar-se aquilo que nos grandes escritores é essencial à arte, não é imitar, é conhecer* – tomar deles o que neles existe em virtude das crenças da nacionalidade a que pertencem – eis o que é impossível – o que mata e quebra toda a força e vigor duma qualquer composição deste gênero.” (MAGALHÃES, 1856, n. 5, p. 153, grifos nossos)

A afirmação de Magalhães ratifica aquilo que Santos e França adotam como perspectiva para comentar os empréstimos realizados pelas literaturas portuguesa e brasileira junto à francesa e inglesa, entre outras. Não haveria nenhuma espécie de limite para esse intercâmbio, muito menos os que se baseiam em crenças de nacionalidade. Infelizmente, Couto de Magalhães não se atém especificamente à literatura brasileira, segundo ele, por falta de tempo e espaço. Porém, pode-se inferir que ele não se furtaria o acesso ao reservatório maior da cultura universal tanto na análise de obras, quanto na composição das mesmas, uma vez que tal procedimento é observável em todas as literaturas e em todos os tempos, como ele mesmo procurou afiançar em sua missiva.

Ao considerar os quatro artigos de crítica literária estampados n’*O guaianá* emerge uma questão crucial para este estudo: o que promove a diferença de posicionamento em torno



de uma questão básica para a literatura brasileira não só nos oitocentos, a saber, a sua relação com o externo? Como se buscou demonstrar, há posições que ostentam um protecionismo arraigado, que teme a homogeneização, como Bernardo Guimarães e Tavares Bastos, até a ignorância de barreiras entre as nacionalidades, no que tange à promoção da arte literária, como em Pereira dos Santos, Lindorf França e Couto de Magalhães. Diversas podem ser as respostas para essa pergunta, que certamente não deve ser esgotada na simples ideia de uma inclinação pessoal de cada um desses autores.

O caminho que busca alicerçar esses diferentes posicionamentos, a partir dos diversos embasamentos teóricos circulantes na academia, pode ser mais profícuo. Embora se diga que muito da cultura e das citações usadas pelos acadêmicos fossem mais “desejo de mostrar leitura” (BROCA, 1979, p. 97) que verdadeira erudição, é fato que o rastreamento das fontes por eles consultadas podem elucidar algumas questões, como demonstram pesquisas recentes.<sup>4</sup> Para o debate aqui ilustrado, um veio teórico importante são os estudos de literaturas estrangeiras, ancestrais da literatura comparada, que chegavam à Faculdade de Direito de São Paulo por meio de revistas como *Revue des deux mondes* e *Revue de Paris*. Inauguradas, na França, na altura de 1830, essas cátedras se baseavam num tripé: a filologia comparada, o historicismo e a teoria dos espíritos nacionais (cf. ESPAGNE, 1999). Esses novos saberes representaram, à época, uma verdadeira revolução na forma de se estudar literatura, tendo em vista que, em lugar de conceitos imanentes, provenientes das poéticas clássicas, passam a considerar as culturas e línguas locais e seus longos e acidentados processos de formação. O resultado é a literatura, que pode ser considerada como um produto único, depurado, ou como interceptado pelas trocas entre diferentes comunidades, ao longo do tempo.

É certo que tais estudos, vinculados ao que se conhece como comparatismo indo-europeu, deram margem a uma série de apropriações ideológicas as quais, baseadas naquilo que Jean-Paul Demoulé (2019) chama de modelo arborescente-centrífugo,<sup>5</sup> resultaram em

---

4 Refiro-me, entre outros, ao livro de minha autoria intitulado *Um leitor inconformado: Álvares de Azevedo e a literatura comparada* (São Paulo: Edusp, 2022).

<sup>5</sup> Ao comentar os modelos teóricos que surgiram, ao longo dos oitocentos, para explicar a formação do recém-descoberto tronco linguístico indo-europeu, Demoulé destaca a existência de dois: o arborescente-centrífugo e a teoria das ondas. Descrevendo a sistematização do segundo, o autor nos dá as linhas gerais do primeiro. Esse segundo modelo, divulgado a partir de 1870, propõe uma perspectiva híbrida para a formação das línguas, diferente da clivagem da primeira perspectiva, mais aceita e mais popularizada à época: “Embora tenhamos assumido anteriormente que cada língua era uma entidade separada e homogênea, que evoluiu bem distinta das outras, como os galhos de uma árvore, [Johannes] Schmidt imagina um modelo completamente diferente: aquele de um punhado de pedras que são lançadas na água, cada pedra dando lugar a ondas concêntricas que se afastam do ponto de impacto, até que os círculos se entrecruzem uns com os outros. Assim se produziria a evolução das línguas, por contatos e interferências (DEMOULE, 2014, p. 56, tradução nossa). “Tandis que l’on postulait jusqu’alors que chaque langue était une entité séparée et homogène, qui évoluait bien distincte des autres comme les branches d’un





considerações de cunho racista e no fetiche da origem unívoca, notadamente, no último quartel do século XIX. Por outro lado, é igualmente verdade que um ramo de conhecimento em seus inícios dá margem a interpretações, a tentativas e erros, com o objetivo de se estabelecer enquanto ciência. Dessa forma, a via que se quer ressaltar aqui, na esteira de Aurélien Aramini e Arnaud Macé (2019), é o fato de que a descoberta do tronco linguístico indo-europeu promove o descentramento das raízes europeias rumo a uma nova alteridade, o que implica uma hibridização inédita de saberes:

No alvorecer do século XIX, a decifração do sânscrito, e logo do avesta, então chamado de “zend”, abriu caminho para uma reviravolta na consciência europeia. A gramática comparada, estimulada por essas descobertas, logo se propôs a identificar relações linguísticas significativas entre essas línguas e as da Europa, a começar pelo latim e pelo grego antigo. A partir de então, a Europa romântica foi tomada pela vertigem de se reconhecer no espelho que lhe é oferecido pelas antiguidades da Índia e da Pérsia. (ARAMINI, MACÉ, 2019, p. 5)<sup>6</sup>

Trata-se, possivelmente, de reconhecer em si um outro até certo ignorado ou mesmo inferiorizado, o que pode gerar uma espécie de estreitamento de laços. O fermento de uma fraternidade humana parece atuar, por exemplo, no discurso de um dos filólogos da época, chamado Eugène Burnouf (1801-1852), no momento da abertura do seu curso na cadeira de sânscrito do *Collège de France*, em 1833, logo em seguida estampado na *Revue des deux mondes*, caminho de publicação natural para os estudos acadêmicos, naquele tempo. Para ele, estudar a filosofia, a literatura, os mitos da Índia por meio de sua língua não é estudar apenas o conjunto cultural daquele país, mas é estudar uma página do espírito humano como um todo (BURNOUF, t. 1, 1833, p. 278).<sup>7</sup>

Assim, segundo Aramini, o comparatismo de Burnouf não resulta na particularização de uma dada identidade, mas, por meio da justaposição de aspectos filosóficos extraídos de Vico, cujo pensamento foi bastante divulgado, à época da Restauração, por uma tradução de

---

arbre, Schmidt imagine un tout autre modèle : celui d'une poignée de cailloux qu'on lance dans l'eau, chaque caillou donnant lieu à des vagues concentriques qui s'éloignent du point d'impact, jusqu'à ce que ces cercles s'entrecroisent les uns les autres. Ainsi se produirait l'évolution des langues, par contacts et interférences.”

<sup>6</sup> “À l’orée du XIX<sup>e</sup> siècle, le déchiffrement du sanscrit, et bientôt celui de l’avestique, alors appelé «zend», prépare un bouleversement de la conscience européenne. La grammaire comparée, stimulée par ces découvertes, propose bientôt d’identifier des parentés linguistiques significatives entre ces langues et celles de l’Europe, à commencer par le latin et le grec ancien. Dès lors, l’Europe romantique est saisie du vertige de se reconnaître dans le miroir que lui tendent les antiquités de l’Inde et de la Perse.”

<sup>7</sup> “C’est plus que l’Inde, messieurs, c’est une page des origines du monde, de l’histoire primitive de l’esprit humain, que nous essaierons de déchiffrer ensemble.”



Jules Michelet, vem a ser um testemunho dos esforços comuns da humanidade que se desenvolvem, segundo leis mais ou menos similares, em todas as partes do globo (ARAMINI, 2019). Nas palavras de Aramini (2019, p. 59):

Afirmar a perspectiva universalista dos estudos indianistas só é, de fato, possível pressupondo um ‘senso comum’ que ‘imprima um caráter análogo’ aos ‘povos mais isolados’ e que sirva de condição para a possibilidade de circularidade demonstrativa entre fatos particulares estabelecidos pelo comparatismo indo-europeu e as proposições universais de uma filosofia da mente humana.<sup>8</sup>

Embora nem sempre se valessem de princípios filosóficos, em maior ou menor grau, outros estudiosos oitocentistas, como Edgar Quinet, Xavier Marmier e Jean-Jacques Ampère, comumente apontados como precursores da literatura comparada na França (BRUNEL, PICHOS, ROUSSEAU, 2012), e profícuos colaboradores da *Revue des deux mondes*, como se sabe, das que mais circularam entre nossos eruditos oitocentistas, também investem na interligação de diferentes culturas para explicar a formação das línguas e das literaturas, a despeito do delineamento de uma identidade específica.

Divulgadas por um veículo de comunicação que se aproxima, ao menos de início, aos núcleos liberais em França (Cf. BROGLIE, 1979), as reflexões propostas pelas cátedras de literaturas estrangeiras têm como pano de fundo tendências liberais, uma vez que se baseiam no cosmopolitismo, nas interações sem fronteiras, na impossibilidade do isolamento e da pureza de uma dada literatura, idealizando uma espécie de espírito comum europeu. Ao aportarem do outro lado do Atlântico, elas se entrelaçam a outros usos liberais, intensificando um intenso debate.

### **Considerações finais**

A hipótese de qual parte este estudo é a de que é possível pensar que esse movimento entrevisto nos estudos comparatistas indo-europeus pudesse instrumentalizar uma parte dos jovens críticos e poetas acadêmicos a um afastamento da perspectiva nacionalista, pautada na depuração da origem. Afinal, se mesmo povos já mais estabilizados no que tange à sua

---

<sup>8</sup> “Affirmer la perspective universaliste des études indianistes n’est en effet possible qu’en présupposant un « sens commun » qui « imprime un caractère analogue » aux « peuples les plus isolés » et qui tient lieu de condition de possibilité de la circularité démonstrative entre les faits particuliers établis par le comparatisme indo-européen et les propositions universelles d’une philosophie de l’esprit humain.”



formação racial e cultural estavam descobrindo novos e inusitados parentescos, o que dizer de um país como o nosso? Como se viu no artigo de Bastos, a questão da origem e, inclusive, a tentativa de romper com a portuguesa em prol de outra, mais exclusiva, está presente, e ocasiona uma argumentação que se baseia na valorização da cor local. A análise localista das poesias de Pedro Calazans é apenas uma entre as muitas que advogam em defesa da construção de uma identidade literária unívoca, evidenciando que nem sempre os acadêmicos se valiam da suposta margem de manobra advinda da condição estudantil e da distância do centro político do Segundo Reinado, irradiador das ideias centralizadoras. Aliás, quando se procura apontar um ícone da crítica literária dessa geração, pensa-se no nome de Macedo Soares (cf. CANDIDO, 2006, COUTINHO, 1968), cujo pensamento, detrator do byronismo na poesia, é eminentemente nacionalista.

Nesse sentido, é importante avaliar as ideias críticas correntes entre os que contribuíram para o *zeitgeist* dessa geração – não apenas aqueles que entraram para nosso cânone literário, a fim de compreender o que caracteriza uma possível especificidade da sua posição no debate oitocentista brasileiro. Apesar de não fazer menções diretas aos precursores da literatura comparada, diferentemente de outros jornais,<sup>9</sup> o que sugere que tal corrente de pensamento podia circular de forma dispersa na Academia, oferecendo um contraponto a uma visão monolítica de nossa literatura, o periódico *O guaianá* acolhe reflexões literárias que lançam um olhar liberal para um amplo manancial cultural, que não pertence a um ou outro país, mas a todos, pois que esses estão ancestralmente interligados e em permanente diálogo. Sem excessivas reverências aos que os precederam, tais artigos deixam em aberto a possibilidade de novas contribuições literárias, provenientes do Novo Mundo, e que podem ser feitas em confluência com – não a despeito da tradição.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. 2ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Edusp, 2021.

---

<sup>9</sup> Refiro-me, por exemplo, ao ensaio crítico de Álvares de Azevedo sobre o poeta francês Alfred de Musset, publicado nos *Ensaaios literários*, em 1850. A visão pluralista que Azevedo apresenta aí encontra-se embasada em estudiosos das literaturas estrangeiras. Já mais para o final dos oitocentos e com o fito de apontar que tais estudos transcendem os muros da Academia de Direito, pode-se mencionar a existência de artigos em jornais paulistas de maior circulação, como *Revista comercial* (1866, n. 113) e *Diário de São Paulo* (1872, n. 2136), que debatem as potencialidades da literatura comparada para explicitação dos vínculos passados e presentes entre diferentes culturas. Esses exemplos, entre outros, podem confirmar a circulação e dispersão desses saberes entre nossos eruditos oitocentistas.



- ARAMINI, A. La philologie révolucionnaire d'Eugène Burnouf. In : *Romantisme: littératures – arts – sciences – histoire*, n. 185, 2019, p. 54-63.
- ARAMINI, A.; MACÉ, A. Introduction. In : *Romantisme: littératures – arts – sciences – histoire*, n. 185, 2019, p. 5-13.
- ASSIS, M. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/109-noticia-da-atual-literatura-brasileira-instinto-de-nacionalidade>>. Acesso em: 10/08/2024.
- BASTOS, T. As poesias do Sr. P. Calazans. In: *O guaianá*, n. 4, 1856, p. 100-107.
- BÉNICHOU, P. *Romantismes français I: Le sacre de l'écrivain/Le temps des prophètes*. Gallimard, 2004.
- BURNOUF, E. De la langue et de la littérature sanscrite. In : *Revue des Deux Mondes (période initiale)*, t. 1, 1833, p. 264-278.
- BROCA, J. B. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979.
- BROGLIE, G. de. *Histoire politique de la Revue des deux mondes de 1829 a 1979*. Perrin, 1979.
- BRUNEL, P.; PICHOIS C.; ROUSSEAU A-M. *Que é literatura comparada?* Trad. Célia Barretini. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- COELHO, V. P. Murmúrios. In: *O guaianá*, n. 3, 1856, p. 72-81.
- COUTINHO, A. *A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. RJ: José Olympio, 1968.
- DEAECTO, M. M. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011.
- DEMOULE, J.-P. *Mais où sont-ils passés les indo-européens? Le mythe d'origine de l'Occident*. Paris: Seuil, 2014.
- ESPAGNE, M. *Le paradigma de l'étranger: les chaires de littérature étrangère au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Les éditions du CERF, 1993.
- FRANÇA, L. Duas palavras sobre M. A. Álvares de Azevedo. In: *O guaianá*, n. 5, 1856, p. 146-148.
- GARMES, H. *O Romantismo Paulista: Os Ensaio Literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860*. São Paulo: Alameda, 2006.
- GUIMARÃES, B. Reflexões sobre a poesia brasileira. *Ensaio literários: jornal de uma associação de acadêmicos*, s. 1, n. 2, 1847, p. 13-20.
- GUIMARÃES, B. Reflexões sobre a poesia brasileira. *Ensaio literários: jornal de uma associação de acadêmicos*, n. 2, 1850, p. 37-38.
- LAXE, C. Ideias políticas. In: *O guaianá*, n. 1, 1856, p. 2-4.
- MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MELLO, H. Perspectiva do Brasil. In: *O guaianá*, n. 1, 1856, p. 5-12.
- O GUAIANÁ. Introdução, n. 1, p. 1, 1856.
- O ÍRIS: jornal científico e literário. Introdução, n. 1, 1857, p. 1.
- QUIRINO, C. "Apresentação" In: ADORNO, S. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. 2ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Edusp, 2021, p. 17-20.
- RICUPERO, B. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SANTOS, P. Rápido paralelo crítico entre Alexandre Dumas e Eugenio Sue. In: *O guaianá*, n. 4, 1856, p. 97-100.